

## **ANEXO II**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO:** Aquisição de medicamentos e produtos de nutrição, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município.

**CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de medicamentos e produtos de nutrição, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município.

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações.

Os serviços a serem contratados foram parcelados, na forma do artigo 40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que no dia 16/08/2024 ocorreu a sessão de abertura do Pregão Eletrônico nº 33/2024, objetivando a aquisição de medicamentos, produtos de higiene e nutrição, visando atender as necessidades do Setor de Saúde e Assistência Social do Município.

Considerando que, os itens ora solicitados, fizeram parte do pregão supramencionado e não obtiveram êxito na contratação sendo desertos e ou fracassados.

Considerando que os itens objeto desta solicitação são indispensáveis para o atendimento aos pacientes que frequentam as unidades de saúde do município.

Ante o exposto, caso não sejam adquiridos os medicamentos aqui solicitados, ocorrerá o desabastecimento de itens vitais, podendo levar ao agravamento do quadro clínico de saúde dos pacientes.

Portanto, será necessária uma nova licitação para suprir as necessidades dos itens para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do município.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

A Secretaria Municipal de Saúde e o Setor de Assistência Social de Taiuva, espera a contratação de empresa para fornecimento de medicamentos e produtos de nutrição para atender e manter os serviços públicos em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.

**CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

**SUBCONTRATAÇÃO:**

Fica vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações do objeto contratado.

**DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

**DA CONTRATAÇÃO:**

Por valor unitário. Definidas no Estudo Técnico Preliminar.

**SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:**

Uma vez requisitado pelo Departamento de Compras, os medicamentos e produtos serão entregues e descarregados, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias**, contados da data do pedido, por conta da **DETENTORA**, sem qualquer acréscimo ou ônus à **ADMINISTRAÇÃO**, **no Hospital Municipal “Santo Antônio”, localizado na Praça Pedro Luiz Pedrinho Furlan, nº 17, Centro, Taiuva - SP.**

O horário de entrega será das **8h às 17h**, de segunda a sexta.

O descumprimento, injustificado, de entrega parcial ou total dos medicamentos e produtos pedido, no prazo determinado, acarretará as sanções estipuladas neste ETP.

A justificativas pela inadimplência serão levantadas à veracidade e juízo de plausividade e aceitação administrativa.

O prazo de validade dos medicamentos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados de cada entrega do respectivo lote.

O Agente Responsável pelo recebimento procederá à verificação da entrega e dará aceitação à nota fiscal proveniente, a qual deverá acompanhar a entrega do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

As entregas fora dos dias e horários do expediente municipal poderá caracterizar o descumprimento da entrega em face da ausência de servidor municipal competente ao recebimento.

A entrega dos medicamentos e dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento do objeto.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.

Os medicamentos e produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal Eletrônicas correspondente.

Os medicamentos poderão pertencer às linhas do genérico, do ético e do similar e os produtos de nutrição deverão pertencer às primeiras linhas de padrão de qualidade, cabendo aos licitantes interessados proporem os preços unitários e totais, com a obrigatória indicação da marca de cada item.

Em cada fornecimento será observado o preço da Ata de Registro de Preços e as condições constantes do edital e do que a precedeu o certame e/ou integrou o procedimento de licitação.

Em qualquer tempo a **ADMINISTRAÇÃO** poderá verificar a qualidade dos medicamentos e dos produtos quanto a regularidade na Anvisa.

Os produtos de nutrição deverão pertencer às primeiras linhas de padrão de qualidade.

Diante de irregularidades a **DETENTORA** ficará obrigada a promover, sem qualquer tipo de ônus à **ADMINISTRAÇÃO**, a substituição do medicamento ou produto em questão por outro de qualidade superior, para que assim atenda as qualificações mencionadas, sob o mesmo valor, quantidade, e demais especificações, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de inadimplência.

**ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO:**

As estratégias de execução do objeto estão pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

**CANCELAMENTO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PELA CONTRATANTE:**

Caso haja necessidade de cancelamento da execução dos serviços, sua solicitação deverá ser devidamente justificada.

**GESTÃO DO CONTRATO/ARP:**

Após a assinatura do contrato a prefeitura deverá convocar seus representantes para apresentação do plano de fiscalização, o qual conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis pela inobservância ou inexecução do contrato.

A gestora do contrato será a Supervisora dos Serviços de Saúde, a qual irá acompanhar a execução e a fiscalização, prestando subsídios necessários para execução dos serviços, em conformidade com suas competências e demais disposições legais necessárias ao bom andamento dos serviços.

**VIGÊNCIA DO CONTRATO/ARP:**

A Ata de Registro de Preços terá a validade por 12 (doze) meses e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando em desacordo com as especificações e exigências constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos imediatamente após ciência do contratante, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

**PRAZO DE FATURAMENTO/PAGAMENTO:**

Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria Municipal por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico à **DETENTORA** após o recebimento definitivo das notas fiscais eletrônicas/fatura, devidamente conferidas e aprovadas pela **ADMINISTRAÇÃO**.

**A nota fiscal eletrônica/fatura será paga em até 30 (trinta) dias contados da liquidação, por depósito bancário na conta do fornecedor.**

Em cada nota fiscal eletrônica emitida deverá ser destacado o imposto retido de acordo com a legislação tributária, não havendo destaque dos impostos, a **ADMINISTRAÇÃO** efetuará a retenção do valor de acordo com as normas legais vigente e a tabela de retenção aplicáveis ao caso.

**FORMA DE PAGAMENTO:**

O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais.

As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência deverão informar essa condição expressamente nos documentos fiscais.

**FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:**

A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor global, com critério de julgamento do tipo menor preço, observadas as exigências deste termo de referência, estudo técnico preliminar e edital.

**EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS A PARTICIPAÇÃO**

Para habilitar os interessados em participar do certame serão exigidos, os seguintes documentos relativos a:

Habilitação Jurídica;

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

Qualificação Técnica Profissional e Operacional;

Qualificação Econômico Financeira;

Declarações Complementares.

**DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA**

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**Tratando-se de Procurador:**

Procuração, por instrumento público ou particular com assinatura do representante legal, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

**DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade referente a Débitos Federais, inclusive com a Dívida Ativa e Contribuições Federais e a Seguridade Social;

Prova de Regularidade referente à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Registro ou inscrição na entidade profissional competente.

#### **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis;**

**No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, limitar-se-á ao último exercício exigível;**

As licitantes que adotaram a escrituração digital ECD-SPED, já exigíveis estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial, devendo apresentar obrigatoriamente, em seu lugar, o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital (**ECD-SPED**), **pelo Agente Receptor SERPRO (Modelo Demonstrativo - Anexo VII), dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis;**

**No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o SPED, limitar-se-á ao último exercício exigível;**

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo simples nacional poderão apresentar o DEFIS em substituição ao balanço patrimonial; neste caso, obrigatoriamente deverão apresentar:

**O enquadramento no Simples Nacional, comprovado através de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;**

**A Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS (Modelo Demonstrativo – Anexo VIII), dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis;**

**No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o DEFIS, limitar-se-á ao último exercício exigível;**

Quaisquer empresas não optantes pelo simples nacional, inclusive ME ou EPP, e que não adotaram a escrituração digital (ECD-SPED) deverão obrigatoriamente apresentar o Balanço Patrimonial;

As empresas constituídas no mesmo exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação, ficando autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo registro contábil de abertura;

A Capacidade Financeira da pessoa jurídica representada pelo Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis de cada exercício social deverá ser comprovada pelos seguintes índices:

Liquidez Geral (LG);

Liquidez Corrente (LC); e

Endividamento (E).

**Tais índices serão calculados como se segue:**

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP);$$

$$LC = (AC / PC);$$

$$E = (PC + ELP) / PL.$$

**Onde:**

PL = Patrimônio Líquido;

AC = Ativo circulante;

PC = Passivo circulante;

ELP = Exigível a longo prazo;

RLP = Realizável a longo prazo.

**Serão exigidos índices de:**

Liquidez Geral, igual ou maior a 1,0;

Liquidez Corrente, igual ou maior a 1,0;

Endividamento, igual ou menor a 1,8.

A demonstração dos índices deverá ser efetuada através da elaboração de documento contendo as fórmulas acima indicadas, declaração formal de que os valores respectivos inseridos foram extraídos do balanço patrimonial apresentado, bem como os respectivos quocientes apurados e as assinaturas dos representantes legais e de seu contador, devidamente identificados.

As certidões terão validade pelo prazo nela consignados e quando omissão terão validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

**DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

Junto as documentações, os licitantes deverão apresentar as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

Declaração de Idoneidade (**Modelo**);

Declaração dos Requisitos de Habilitação **(Modelo)**;

Declaração de Não Vínculo **(Modelo)**;

Declaração de Exame do Edital **(Modelo)**;

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal **(Modelo)**;

Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital - **ECD-SPED (Modelo)**;

Declaração de Informações Sócio Econômicas e Fiscais – **DEFIS (Modelo)**;

Declaração que, se vencedora, irá disponibilizar pessoal técnico **(Modelo)**;

Declaração do cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006 **(Modelo)**;

Declaração de que no preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão-de-obra, materiais, estadias, alimentos, transportes, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste edital, relativo aos trabalhos objeto desta licitação **(Modelo)**;

Declaração de aceite da Ata de Obrigações Vinculadas **(Modelo)**;

#### **CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

A proposta deverá ser apresentada, por meio eletrônico, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões.

A proposta de preços deverá conter:

Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa;

Modalidade e número da licitação;

Especificação do objeto licitado, conforme edital e anexos;

Valor global por item, discriminando o preço unitário e total dos itens que o compõe;

Os valores unitários e totais devem ser apresentados em moeda nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

O valor global por item deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 02 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais.

Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da assinatura.

Local, data e assinatura do representante legal da empresa licitante.

Será facultado à contratante, quando necessário, exigir da licitante comprovação da exequibilidade da proposta ofertada.

O critério para aceitabilidade da proposta será o de menor valor global.

**DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

Executar fielmente os fornecimentos nos termos desta Ata e da Ata de Registro de Preços, do edital e demais normas legais respondendo pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial;

Responsabiliza-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução do objeto;

Obriga-se a reparar, refazer, remover, corrigir e substituir, às suas expensas, sem qualquer acréscimo monetário, no total ou em parte, o objeto deste instrumento, quando se verificarem vícios, defeitos, incorreções e má qualidade, **no prazo de 5 (cinco) dias**;

Responsabiliza-se por danos causados diretamente à **ADMINISTRAÇÃO** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pela **ADMINISTRAÇÃO** não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

Eventuais locomoções, acomodações e alimentações de pessoal, para cumprimento dos fornecimentos;

Comunicar a **ADMINISTRAÇÃO**, no caso de mudança de situação no contrato social, endereço ou telefone;

Manter durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Uso de materiais e equipamentos próprios, no que couber para execução do fornecimento;

Fornecimento e fiscalização, de seus funcionários, no que tange ao uso de Equipamentos de Proteção Individual, durante a execução do fornecimento;

Manter conta bancária no nome empresarial disponível para pagamento somente na conta bancária do fornecedor.

**DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO:**

Rejeitar qualquer fornecimento se não executado de acordo com o estabelecido;

Regressar contra a **DETENTORA** no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da má execução no fornecimento;

Executar o pagamento da forma disposta.

**SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.



Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, pelo prazo de 3 (três) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Atrasar na entrega do objeto contratado.

Demais sanções administrativas são aquelas previstas pelos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/21.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

A execução do contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.